



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMAC
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL

LICENÇA DE OPERAÇÃO N.º 318/2008

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL-IMASUL, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto N.º 12.230/07 e 12.231/07 as leis N.º 1.829/98, 90/80 e 2.257/01, e de acordo com o Decreto N.º 4.625/88, **EXPEDE** a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO** que autoriza a

REQUERENTE : EMPRESA DE SANEAMENTO DE MS S/A - SANESUL.
CNPJ : 03.982.931/0001-20

operar as instalações relativos à:

ATIVIDADE : **SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, estação elevatória, rede coletora, e adutora)**

CAPACIDADE : Capacidade Nominal de Tratamento 5,0 L/s.

LOCALIZAÇÃO : Rua Padre Nilo Sheridan esquina com a Dom Pedro II

MUNICÍPIO : NIOAQUE /MS.

de acordo com os termos do Processo N.º 15/100481/2000 e observadas as seguintes condições:

1. O empreendedor deverá assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação do solo e dos recursos hídricos quer sejam superficiais ou subterrâneos;
2. Deverá realizar mensalmente boletins das análises físico-químicas e bacteriológicas do esgoto bruto e tratado e do corpo receptor a montante e a jusante do lançamento, os boletins deverão ser assinados por profissional habilitado junto ao respectivo Conselho, devendo seu relatório ser encaminhado trimestralmente junto ao **IMASUL/SEMAC/MS**;
3. Deverá apresentar trimestralmente junto ao **IMASUL/SEMAC/MS** as planilhas de vazão diária do esgoto e mensal do córrego Urumbeba;
4. Adotar medidas técnicas para melhorar a eficiência da ETE na remoção de matéria orgânica, nutrientes e bactérias;
5. Apresentar Relatório trimestral com a avaliação da eficiência da ETE baseado nas análises dos levantamentos solicitados, acompanhado da ART do técnico responsável;
6. O primeiro Relatório de Auto Monitoramento deverá ser entregue, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta licença e os próximos deverão ser entregues trimestralmente;
7. Os equipamentos, tampas, medidores de vazão e outros devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;
8. O empreendedor deverá adotar Plano de Emergência para falta de energia ou problemas eletro-mecânicos e medidas de controle e minimização de odores nas Estações Elevatórias de Esgotos, de modo a não causar incômodos a população vizinha;

9. O empreendedor deverá manter a cortina arbórea no entorno da ETE;
10. O empreendedor deverá adotar o uso de uniformes e EPIs para os operadores da ETE;
11. Quando o **IMASUL/SEMAC/MS** implantar o instrumento para outorga de direito de uso dos recursos hídricos para lançamento de efluentes, a Empresa deverá proceder a sua regularização, em atendimento à Resolução CONAMA nº 377/2006;
12. A eficiência do sistema de controle ambiental - SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
13. O **IMASUL/SEMAC/MS** reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
14. Qualquer alteração na Razão Social e/ou Titularidade do Empreendimento deverá ser comunicada ao **IMASUL/SEMAC/MS**;
15. Esta Licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
16. A concessão dessa Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Estado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA N.º 006 de 24 de Janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a esse Instituto, sob pena de suspensão dessa Licença;
17. Mediante decisão motivada, esta licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a concessão desta licença;
 - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde;
18. Esta Licença tem validade por **04 (quatro) anos**, a contar da presente data;
19. A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de **120 (cento e vinte) dias** anterior ao seu vencimento.

Campo Grande, 08 de outubro de 2008.



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMAC
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL**

MÁRCIO CAMPOS MONTEIRO
Secretário-Adjunto do Meio Ambiente, das Cidades
do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SEMAC